

Veja

18/10/2000

Economia e Negócios

O DRAMA SILENCIOSO DOS SEM-CARTEIRA

Trabalhadores informais já são 41 milhões e se transformaram num problema maior que o desemprego

Consuelo Dieguez

Os trabalhadores informais não têm carteira assinada, não contribuem para a Previdência e estão completamente desassistidos pela legislação social. Mas os brasileiros habituaram-se a vê-los como um mal necessário. Principalmente nos últimos três anos, quando o problema do desemprego entrou na ordem do dia, os informais passaram a ser classificados como trabalhadores que, na falta de um emprego, arranjaram um jeito de ganhar a vida fora da economia oficial. Nesse grupo estão camelôs, empalhadores de cadeiras, bóias-frias, bombeiros e eletricitistas. Todos trabalhando sem direito a aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade, FGTS ou outro benefício social. É uma casta tão desconsiderada que não consta sequer das estatísticas do Ministério do Trabalho. Nada mais equivocado. Dos 69 milhões de brasileiros que trabalham, 60%, ou seja, 41 milhões, estão no mercado informal. Na década de 80, os informais não ultrapassavam 40% da população ativa.

O fenômeno não assusta apenas por seu crescimento vertiginoso. Um estudo recém-concluído pelo economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, revela que a informalidade, e não o desemprego, é o problema mais grave do mercado de trabalho brasileiro. É entre os trabalhadores informais que a pobreza se faz presente de forma mais acachapante. "A situação é tão grave que o desemprego pode ser considerado um 'mal de luxo', enquanto o trabalho informal é 'um mal de pobre'", afirma ele. Para chegar a essa conclusão surpreendente, o economista fez um extenso mapeamento da situação dos trabalhadores brasileiros. Descobriu que 51% dos 46 milhões de pobres estão em famílias chefiadas por informais. "Algumas pessoas não podem se quer dar-se ao luxo de ficar procurando emprego. Vão logo para a informalidade", diz Neri. É gritante como o país trata o problema do desemprego com justa preocupação e usa tons pastel para descrever o emprego informal.

O levantamento do economista revela outros dois dados surpreendentes. O primeiro diz respeito à renda da população mais atingida pelo desemprego. De 1996 a 1999, o desemprego no Brasil cresceu 12% ao ano, em média. Mas entre os trabalhadores de maior poder aquisitivo a taxa aumentou 16% ao ano no mesmo período. Foram também as regiões mais ricas do país as que mais ceifaram postos de trabalho, porque nelas se concentra a maioria das empresas. O segundo é de ordem geográfica. Enquanto a grita do desemprego nas grandes metrópoles ecoa por todo o país, nas cidades com menos de 200 000 habitantes um exército de trabalhadores informais se multiplica em silêncio, sem defensores. Nessas cidades estão 70% dos trabalhadores sem vínculo empregatício.

É um drama ser alijado do mercado e tornar-se um desempregado. Não ter sequer acesso a ele e ser um informal é ainda mais cruel. Mas há uma grande diferença de tratamento. Os desempregados, até pela pressão dos sindicatos e dos políticos, contam com a proteção das políticas sociais. E, nesse aspecto, o Brasil tem uma legislação razoavelmente avançada. O subempregado, se fica doente e é forçado a parar de trabalhar, perde integralmente sua fonte de renda. A remuneração também é incerta e irregular. É o caso do carioca Sebastião Carlos Alves, de 29 anos, que trabalha como empalhador de cadeiras numa calçada de Copacabana,

na Zona Sul do Rio de Janeiro. Desde os 9 anos, quando começou a trabalhar, está na informalidade — e a probabilidade maior é Sebastião nunca conseguir um emprego formal.

Os estragos da informalidade não recaem somente sobre os trabalhadores. Na verdade, essa é uma bomba-relógio prestes a explodir no colo do governo. E evidente que, num país onde apenas 40% dos trabalhadores contribuem para a seguridade social, a montanha de problemas fiscais só tende a aumentar. "Apesar de o Estado não arrecadar nada dos 60% de informais, vai ter de arcar com os custos da saúde, assistência social e aposentadoria de idosos carentes", alerta o economista José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP). Pelas contas de Pastore, se pelo menos 50% dos informais se legalizassem, a Previdência não estaria nesta situação falimentar. Mais: esses trabalhadores teriam direito a benefícios que lhes garantiria uma melhoria das condições de vida, com impacto na redução da pobreza.

A grande questão é como trazer essa gente para o mercado formal. Pastore, Neri e boa parte dos economistas brasileiros apontam para a mesma direção: uma alternativa seria flexibilizar as leis trabalhistas de forma a reduzir os custos do emprego. O próprio governo estuda isso há alguns anos, mas nada de efetivo andou nesse campo, até porque a questão se esconde sob uma cortina de ferro ideológica que barra qualquer discussão séria sobre ela. Hoje, para cada empregado, a empresa paga o equivalente a outro trabalhador apenas com os encargos sociais. Fica difícil imaginar que, nessas condições, o dono da empresinha de fundo de quintal tenha interesse em regularizar a vida de seus empregados. No caso dos autônomos, a situação é ainda mais difícil: eles têm de arcar com vários impostos, além da contribuição à Previdência.

Parece óbvio que, enquanto não se chegar a um consenso sobre como colocar esses trabalhadores na formalidade, os governos federal, estaduais e municipais têm de pensar em alternativas para reduzir o nível de pobreza. Estuda-se a concessão de créditos específicos destinados a permitir que os informais que são donos melhorem o desempenho de seus negócios. Assim, poderiam começar a pensar em legalizar as pessoas que empregam. Todos lucrariam se os informais deixassem de ser tratados como trabalhadores de segunda classe e como um paliativo indolor para o desemprego.

Uma legião de marginalizados

-A população brasileira ocupada é de 69 milhões de pessoas. Desse total, 60%, ou seja, 41 milhões, estão no mercado informal: trabalham por conta própria ou são empregados sem carteira assinada. A esmagadora maioria nunca contribuiu para a Previdência Social

-470% dos trabalhadores informais estão em cidades com menos de 200 000 habitantes, nas quais se concentram 32,4% dos desempregados

-51,3% dos pobres brasileiros pertencem a famílias chefiadas por trabalhadores do setor informal. Nessas famílias, a renda per capita fica abaixo de 76 reais por mês

-Só 5,4% dos pobres estão em famílias chefiadas por desempregados

-Nas áreas rurais, a proporção de informais é de 54%. Nas capitais, o percentual cai para 17,5% e na periferia das grandes cidades fica em 19,5%

Fontes: IBGE/Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas

(Páginas 130 e 131)